

Formação de Preços como Processo Complexo – Nova Versão¹

Eleutério F. S. Prado²

1. Introdução

As considerações que se seguem de Karl Marx em *O Capital* dificilmente podem ser compreendidas de modo imediato por economistas formados nos moldes teóricos do século XX e, menos ainda, do século XXI:

“Nada é mais fácil do que compreender as desigualdades entre procura e oferta e o desvio conseqüente dos preços de mercado em relação aos valores de mercado. A verdadeira dificuldade consiste em determinar o que se deve entender por coincidência entre procura e oferta. [...] Procura e oferta de fato jamais coincidem, ou, se alguma vez coincidirem, é por mera causalidade; portanto do ponto de vista científico, deve-se admitir que esse evento como = 0, considerando-o como não ocorrido. [...] A relação entre procura e oferta explica, portanto, por um lado, somente os desvios dos preços de mercado em relação aos valores de mercado e, por outro, a tendência à anulação desses desvios, isto é, à anulação do efeito da relação entre procura e oferta” (Marx, 1983, III-1, p. 146).

Para entender a dificuldade que esse modo “antigo” de pensar a formação de preços na economia capitalista apresenta para a compreensão do economista “moderno” é preciso fazer, de início, o que pode parecer um mero exercício de comparação teórica. Pois, no que se segue, põem-se em contraste o modo clássico e o modo pós-clássico – e, dentro desse último, principalmente o modo neoclássico –, de pensar a formação de preços. De maneira preliminar, pode-se adiantar que a diferença crucial entre esses modos reside no seguinte: os grandes economistas políticos clássicos, Smith e Ricardo especialmente, pensavam essa formação com processo que ocorre no tempo, que sofre influências fortuitas, mas que está regido por leis de movimento radicadas no sistema econômico como um todo; já os atuais economistas neoclássicos partem do átomo social para analisar a coerência possível de suas escolhas e, por isso, raciocinam de maneira estática e abstraindo o tempo histórico, com base em funções de oferta e de demanda, as quais sempre definem equilíbrios.

Mas essa consideração inicial, ainda que central, é bem insuficiente para uma boa compreensão do problema. Destarte, ao expor em grandes traços essas linhas teóricas, procura-se examinar as suas deficiências lógicas sob a visão complementar de que não são sempre inocentes. A avaliação das teorias clássicas e pós-clássicas (neoclássica e neo-austríaca), entretanto, é assimétrica, pois estas últimas caem evidentemente na apologia. Com efeito, quer-se mostrar que as falhas dessas últimas especialmente podem ser mais bem compreendidas como construções míopes que respondem parcialmente a certas características fenomenais do próprio objeto social de referência, eximindo-se, porém, de abarcá-lo em toda

¹ O presente escrito retoma a questão abordada no artigo *Formação de preços como processo complexo*, o qual foi publicado na revista *Estudos Econômicos* (2007). Tendo em vista o redirecionamento da pesquisa e a necessidade de superar algumas deficiências observadas nesse texto, o tratamento da matéria aqui desenvolvido difere substantivamente daquele lá encontrado. Manteve-se, entretanto, o título porque a meta continua a mesma: compreender o modo marxiano de pensar a formação dos preços.

² Professor da USP. Correio eletrônico: eleuter@usp.br.

a sua complexidade. Ao fazê-lo, mostra-se por meio do trabalho conceitual que reprimem – e como reprimem – certas características essenciais desse objeto, tornando-se adequadas, ou inadequadas, para apreendê-lo satisfatoriamente.

O confronto principal entre os modos clássico e neoclássico de pensar a formação de preços levará à conclusão de que subsiste diferença profunda entre eles. Pois bem, essa distinção nasce no contraponto conceitual entre duas espécies de teorias, uma delas a que cabe chamar de microeconomia reducionista e a outra a que se pode denominar de microeconomia sistêmica ou evolucionária (Prado, 2006). Ainda que essa comparação seja esclarecedora em si mesma, ela não pode ser o fim da investigação, pois, antes de qualquer outra ambição, esta tem finalidade crítica. Ao mergulhar na questão conceitual, o texto pretende mostrar a falsidade dos sistemas de equações que exprimem, em última análise, as ofertas e as demandas de bens e serviços, como meio de apreender o funcionamento dos mercados capitalistas. Sustentará, por outro lado, que a economia política clássica é ainda hoje aquela teoria que melhor apreende a formação de preços nesse sistema, mesmo se a concebe, por razões a serem apresentadas e questionadas, como processo equilibrador. A sua principal força vem a ser que vai além da superfície do mercado, buscando apreender o processo de reprodução do sistema econômico. Formula, assim, uma teoria sistêmica e evolucionária sobre a qual trabalha criticamente a dialética marxiana em *O Capital* e outros textos, para mostrar que a tendência principal desse processo não vem a ser a equilíbrio, mas a produção de crises periódicas. O sistema evolui por meio de surtos de crescimento acompanhados, de tempos em tempos, de interrupções mais ou menos graves, de tal modo que essa tendência manifesta-se também na formação de preços contrariando constantemente o efeito balanceador produzido pela interação entre oferta e demanda.

Seguem-se quatro seções, assim denominadas: teoria neoclássica, teoria neo-austríaca, teoria clássica e crítica marxiana. Na primeira, trata-se do modo como a teoria neoclássica contemporânea apresenta a formação de preços, buscando-se revelar seus aspectos menos discutidos, principalmente em suas versões didáticas. Ainda que mais pobres e menos sutis, são sempre essas últimas as mais divulgadas no ensino dessa matéria nas escolas de economia do mundo inteiro, sendo também as mais empregadas na análise econômica usual – quase sempre criticamente assépticas. Na segunda seção, examina-se a crítica neo-austríaca da teoria neoclássica que aponta corretamente para algumas de suas deficiências lógicas. Em seqüência, porém, busca-se questionar a pretensão dessa segunda corrente do pensamento liberal em Economia de que vem a ser capaz de formular uma teoria alternativa da formação de preços. Na terceira seção, procura-se reapresentar o modo como a economia política clássica de Adam Smith e David Ricardo compreendia a formação dos preços de mercado em íntima conexão com a formação dos preços naturais. Para fazê-lo, emprega-se uma técnica gráfica de apresentação de sistemas dinâmicos com o objetivo de ressaltar o caráter processual, sistêmico e evolutivo dessa compreensão. Na quarta seção, em seqüência, retoma-se a apresentação de Marx para ressaltar que, para ele, a formação dos preços, encontrada em especial no volume terceiro de *O Capital*, vem a ser um processo inerentemente não-equilibrador. Mostra-se, ademais, que reside precisamente aí, nesse ponto crucial, a diferença específica entre o modo pelo qual a economia política clássica e a crítica de Marx resolvem esse problema teórico. Menciona-se, entretanto, que a teoria sustentada por esse autor está presa ainda a um conceito de equilíbrio que funciona como ponto de atração do movimento dos preços.

O texto procura sustentar a tese de que as falhas lógicas tanto da teoria clássica quanto das teorias pós-clássicas originam-se simplesmente da repressão de certas características do modo de reprodução capitalista. E que o trabalho da crítica da economia política desde Marx vem a ser justamente fazê-las aparecer ao mesmo tempo em que é elaborada uma concepção superior desse objeto social obscuro e reificado, apontando para a necessidade de superá-lo

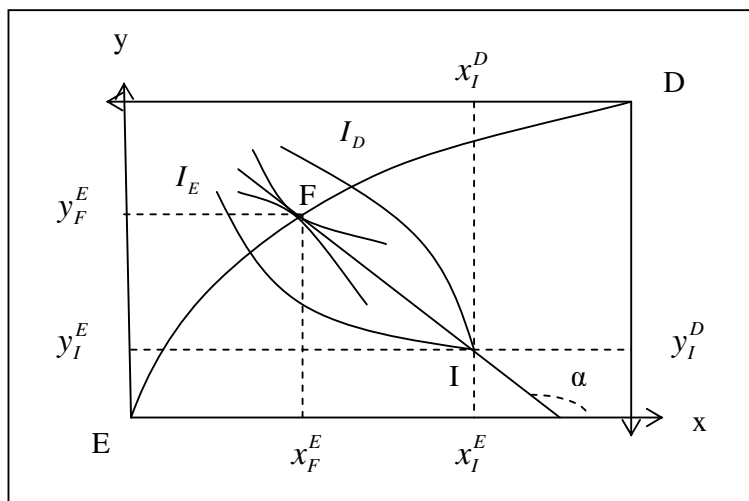
historicamente. Assim, ao final, as observações de Marx apresentadas no primeiro parágrafo deste texto se tornam compreensíveis. Sintetizam-se, então, os resultados. Como objetivo subsidiário, o texto pretende ter apontado um caminho para o desenvolvimento de um modo mais adequado de representar o funcionamento aparente, micro e macroeconômico, do sistema econômico capitalista. Nessa formulação, a formação de preços é apreendida como momento da reprodução do modo de produção capitalista, a qual está orientada, como bem se sabe, pela redução do custo, pela economia de trabalho, pela busca do lucro, etc. movendo-se no tempo, segundo certas leis tendenciais.

2. Teoria neoclássica

Para entender como a teoria neoclássica atual pensa a formação de preços, tenha-se em mente de início, como é usual, um modelo bem simplificado. As considerações conceituais que se seguem poderão ser apresentadas em um contexto de equilíbrio geral pouco sofisticado. Pois, para ressaltar os aspectos mais importantes dessa concepção paradigmática não se requer mais do que prestar atenção ao modelo metafórico da caixa de Edgeworth. Referências indiretas ao chamado modelo de Arrow-Debreu, entretanto, serão feitas sempre que se fizerem necessárias.

A teoria neoclássica contemporânea – que rigorosamente deve ser classificada como neo-walrasiana já que deve muito mais a Walras do que a Marshall – pensa o mercado como interação exterior de indivíduos compreendidos como átomos constitutivos da sociedade. Enquanto tais, esses átomos são independentes entre si, mas, coletivamente, estabelecem nexos de interdependência por meio das relações de troca. Tais indivíduos altamente abstratos que entram na teoria estão, pois, desde o início, completamente prontos para tomar as decisões necessárias e suficientes que produzem ao fim e ao cabo os preços de mercado. Por isso, estão dotados de certa agência que tem duas características construtivas, as quais visam tornar possível a lógica da dedução: normativamente, ela está orientada pela auto-satisfação do seu portador individual e, cognitivamente, opera com base em ordenação completa e exaustiva de preferências sobre todas as combinações possíveis dos bens e serviços da economia. Por meio da formalização matemática, essa espécie de agência vem a ser identificada, então, com um programa de otimização condicionada. Os consumidores, por exemplo – e aqui não se precisará fazer qualquer referência à produção e aos produtores de mercadorias –, dados os preços possíveis das mercadorias existentes e suas dotações iniciais de bens e serviços, buscam fazer escolhas de cestas que maximizam a sua própria satisfação.

A partir desses supostos bem gerais, para expor de modo preliminar alguns detalhes da construção neoclássica, considere-se o diagrama em seqüência que representa a conhecida situação de troca de apenas dois consumidores, E e D. Como se sabe, para construir esse diagrama, faz-se uma rotação de 180 graus no mapa de indiferença de um dos consumidores para depois superpô-lo ao mapa do outro consumidor. O resultado segue-se:



Note-se que o ponto I representa a dotação inicial dos dois agentes. De início, pois, o consumidor E possui x_I^E de bem x e y_I^E de bem y. O consumidor D possui x_I^D de bem x e y_I^D de bem y. Os pontos de tangência entre as curvas de indiferença dos dois consumidores, como se sabe, definem a curva de contrato ED; todas as alocações possíveis nessa curva são consideradas “ótimos de Pareto” já que, estando aí, nenhum deles pode melhorar o seu nível de satisfação a não ser à custa da satisfação do outro. Dadas as suas curvas de indiferença, I_E e I_D , que passam por I, existe um conjunto infinito de alocações que melhoram o bem-estar desses consumidores, ou seja, todas aquelas situadas no “olho” formado pelo espaço circunscrito por elas. Dentre essas, sob certas condições formais, há uma alocação de equilíbrio; no diagrama essa alocação é indicada pelo ponto F. Este ponto pode ser atingido por meio de uma troca de x por y; o consumidor E fornece $x_I^E - x_F^E$ e recebe em troca $y_F^E - y_I^E$ de D. A alocação é dita de equilíbrio porque responde ao auto-interesse de cada um dos consumidores, gera o máximo bem-estar possível para ambos a partir da condição inicial e não é atingida por meio da violência, mas apenas por meio da troca. Para que os consumidores idealizados possam alcançá-la é preciso que a razão de troca – e assim o valor de troca de x em termos de y – seja fixada no nível correto, o qual é dado pela inclinação da reta que passa por I e por F. Se p é este valor de troca, então $p = |\tan \alpha|$.

Toda essa construção é trivial, mas ela pode ser bem enganosa. Existe p para que F possa ser considerada como uma alocação de equilíbrio? O valor de troca p pode ser encontrado pela interação dos consumidores de tal modo que F seja atingível a partir de I? Há convergência nesse processo interativo, de tal modo que F vem mesmo a ser alcançado? Se essas três perguntas são respondidas afirmativamente, cabe questionar ainda: esse modelo representa realmente o processo de mercado que ocorre numa economia descentralizada? De partida, note-se que ele formaliza uma situação em que o objetivo central da teoria subjetiva do valor parece se realizar: eis que o preço de mercado fica estabelecido pela igualdade das taxas de substituição subjetivas de x por y dos consumidores E e D, no ponto F. Outrossim, essas taxas são derivadas das curvas de preferências que são, por construção, postas como independentes dos preços de mercado.

Por que a teoria neoclássica pensa dessa maneira, colocando-se num mundo construído pelo entendimento em que os agentes têm racionalidade otimizada, maximizam metas distintas e claras, em que as expectativas e o conhecimento de si mesmos e do ambiente é perfeito? Ao contrário do que pode parecer à primeira vista, essa teoria não estuda como os

mercados funcionam de fato, mas, supondo desde logo que são eficazes e eficientes, dedica-se a apreender apenas a coerência possível que possam ter. Ao invés de examinar aquilo que emerge de comportamentos adaptativos sob condições mutáveis, inclusive em razão dos próprios comportamentos, pergunta que espécies de decisões, estratégias e expectativas individuais são consistentes com resultados coletivos que eliminam quaisquer incentivos para a mudança dos próprios comportamentos individuais³. E esse modo de teorizar se mantém tanto na teoria de equilíbrio geral, na teoria dos jogos deliberativos, quanto na economia das expectativas racionais (Brian Arthur, 2005).

Enquanto método, esse modo de apreender as situações econômicas não-cooperativas é reducionista. E por reducionismo se entenda aqui o preceito metodológico que manda buscar a explicação de qualquer fenômeno nos elementos – e somente nesses elementos – do todo em que aparece. Dado um fenômeno que se deseja explicar, tal como, por exemplo, o preço de mercado de determinado bem, dados os fatores exógenos, busca-se apresentá-lo como efeito de decisões e planos dos agentes que formam o mercado em consideração. Esses agentes são tomados como átomos indivisíveis, estáveis, consistentes e completos. Devidamente distinguidos como ofertantes e demandantes, como consumidores e produtores, passam a responder respectivamente pela demanda e pela oferta do bem em questão. As suas decisões, que permanecem exteriores entre si, são partes de um plexo coletivo; se elas podem ser agregadas de modo consistente, tem-se a explanação do fenômeno considerado, em particular, do preço de mercado. Para tanto, as propriedades dos indivíduos devem ser cuidadosamente especificadas de tal modo que a agregação possa resolver também, ao mesmo tempo, um problema de coordenação (Prado, 2006).

Esse modo de representar um sistema como um estado e de apreender a realidade como harmonia pré-estabelecida encontra sua forma adequada num sistema de equações simultâneas que é normalmente construído no campo e na perspectiva da teoria dos conjuntos⁴. Eis que essa formulação já é a expressão matemática – e, portanto, altamente abstrata – de um problema de coerência: fornecidas as formas funcionais, especificados os parâmetros que entram nas equações, que valores das variáveis ou incógnitas – essa é a questão – tornam o sistema isento de contradição? Para que as decisões, estratégias e expectativas de um conjunto de agentes atomizados possam ser apreendidas desse modo é preciso supor que seus comportamentos possam ser expressos em funções de reação exaustivas, contínuas, infinitas e preferencialmente diferenciáveis. Apenas assim tudo se torna adequado para que o método reducionista possa fazer o seu trabalho, resolvendo o problema posto pela ambição desmedida da razão dedutivista.

O foco na agregação consistente dos comportamentos, ou seja, no seu exato balanceamento, encontra a sua expressão nas provas de existência. Estas têm como função extraordinária nesse tipo de teoria mostrar, a partir das características e propriedades atribuídas de início aos assim chamados – a rigor, impropriamente – de agentes, que a consistência das decisões, planos e expectativas é formalmente possível. Mesmo no interior dessa construção tautológica, entretanto, a possibilidade formal não é ainda possibilidade efetiva. As provas de existência no contexto da análise de equilíbrio geral têm de ser complementadas com argumentos ou refinamentos que garantam a unicidade e a estabilidade de equilíbrio; todavia, que fique registrado, frente ao problema de justificar de um modo educativo a consistência dos planos, as provas matemáticas não têm sido bem sucedidas em

³ A compreensão da teoria econômica contemporânea é dominada pelo convencionalismo – doutrina metodológica que sustenta a validade da teoria na coerência lógica e não em sua adequação empírica ou em seu realismo (Boland, 1992, p. 36).

⁴ Nesse caso, o conceito de função vem a ser definido como “aplicação”, ou seja, como $f : A \rightarrow B$ em que $A \subset \mathbb{R}^m$ e $B \subset \mathbb{R}^n$. (Velupillai, 2004).

geral: eis pode haver multiplicidade de equilíbrios e a convergência a um equilíbrio determinado não fica garantida⁵.

Grosso modo, a teoria neoclássica formula o problema da formação de preços representando o sistema econômico por meio de um sistema genérico de equações em que as variáveis e os parâmetros estão definidos no campo dos números reais. Enxergando-se como teoria rigorosamente demonstrativa, emprega os teoremas de ponto fixo para provar, com base nos assim chamados axiomas de Arrow-Debreu, a existência de equilíbrio. Ao fazê-lo, pensa implicitamente os preços de equilíbrio como vetor que pode ser computado a partir dos dados do problema, pelo menos em princípio. Ora, tornou-se conhecimento corriqueiro na matemática contemporânea que a imensa maioria dos números reais – números infinitos sem qualquer regra de formação – não é computável. Como o sistema é genérico, no plano teórico da própria construção, grande parte dos equilíbrios possíveis topologicamente são possibilidades computacionalmente vazias⁶.

Para poder provar a existência do equilíbrio, os neoclássicos fazem supostos fantásticos sobre a capacidade cognitiva dos agentes diligentemente construídos, com a meta de encontrar um fundamento último para toda teoria. Estes são capazes de escolher entre quaisquer cestas possíveis, mesmo se estas estão definidas no campo dos reais, o qual é formado também por números não-computáveis. O desejo de consumir mais de qualquer bem existente na economia é inesgotável. As escolhas são sempre consistentes entre si. Assim, se esses supostos são aceitos como válidos, então os contornos de indiferença podem ser construídos formalmente. Nesse caso, dadas as restrições orçamentárias, esses agentes sempre sabem onde se encontra o equilíbrio parcial e geral do sistema e nunca aceitam fazer qualquer troca fora dele. Ora, tudo isso merece algumas considerações adicionais.

Com base nesse modo de pensar, a teoria econômica contemporânea considera o equilíbrio dos mercados, isto é, a igualdade generalizada entre as quantidades ofertadas e as quantidades demandadas, como algo corriqueiro. No modelo propriamente, todas as transações mercantis ocorrem em equilíbrio e todo preço de mercado que realmente possibilita as transações vem a ser um preço de equilíbrio. Para encontrar esse preço de mercado, recorre-se então ao *tâtonnement* walrasiano, isto é, a uma dinâmica virtual de formação de preço. Se há excesso de demanda num determinado mercado, o preço de fechamento das transações tem de subir; em caso contrário, se há excesso de oferta, o preço de equilíbrio tem de cair nesse mercado. Entretanto, ainda que os livros didáticos não tratem disso com clareza, esse modo de ajustamento adjudicado à esfera da circulação de mercadorias não se refere a um processo que aí ocorre efetivamente. Pois, nada pode acontecer nesse lugar abstrato onde as trocas supostamente acontecem antes que o preço de equilíbrio seja concertado com exatidão pelos participantes do mercado.

Não se tem aqui um verdadeiro processo de mercado, mas sim uma dinâmica que tem a natureza de um processo seqüencial de raciocínio⁷ que acontece num tempo meramente lógico⁸. Para que todos os desacordos sejam eliminados, ou seja, para que haja equilíbrio –

⁵ Está-se fazendo referência aos teoremas de Sonnenschein, Debreu e Mantel. O primeiro desses autores mostrou pioneiramente, em 1973, que os supostos usuais da teoria de equilíbrio geral não impõem restrições suficientes nas funções de excesso de demanda, de tal modo que a estabilidade global do equilíbrio não fica garantida. Uma apresentação interessante dessa dificuldade da teoria neoclássica encontra-se em Soromenho (1997).

⁶ O tema foi tratado em outro ensaio. Ver também Albin e Foley (1998) e Binmore (1987).

⁷ No contexto da teoria dos jogos deliberativos, Binmore chamou de *edutivo* esse tipo de processo, enfatizando que se baseia apenas em “raciocínio cuidadoso dos jogadores” (Binmore, 1987). Lembre-se que *eduzir* significa extrair o que está implícito, não por dedução. Mesmo nessa perspectiva, põe-se ainda o problema de saber se é possível derivar a dinâmica de ajustamento dos preços de um comportamento maximizador (Boland, 1986, cap. 9).

⁸ Ver Robinson (1978).

nessa teoria não há transação fora do equilíbrio – os preços têm de subir ou descer. Por meio da subida ou da descida dos preços, supõe-se que todos os excessos possam ser eliminados, instalando-se o equilíbrio. Eis que tudo isso, entretanto, é simplesmente um mecanismo idealizado por meio do qual a informação necessária se difunde plenamente para os participantes do mercado, tornando possível a compatibilidade dos planos. Conta-se, assim, uma história sobre como o equilíbrio é atingido, mas o que essa história efetivamente conta só se descobre ao negá-la como história.

Observe-se que essa “dinâmica” – agora, o termo merece ser posto entre aspas – é concebida como meio para realizar o ponto de equilíbrio. Ela apenas expressa a idéia de que os agentes econômicos são miraculosamente capazes de coordenar perfeitamente as suas decisões, mesmo atuando de modo não-cooperativo. Na verdade está-se pressupondo o que se deveria demonstrar, ou seja, que tudo se torna imediatamente de conhecimento comum – e assim, também, o equilíbrio. “Nas apresentações usuais da análise de equilíbrio” – diz Hayek –, “parece que as questões relacionadas à emergência do equilíbrio já foram resolvidas. Mas, ao se atentar bem, logo se torna evidente que essas aparentes demonstrações não são mais do que provas aparentes do que já havia sido antes assumido.” (Hayek, 1948, p. 45). Como ressalta esse autor, o pleno conhecimento é um requisito lógico dessa definição de equilíbrio.

Toda essa construção artificiosa, porém, tem de fazer referência aos mercados capitalistas. E, para tanto, precisa escapar na aparência de tautologia. A metáfora do leiloeiro walrasiano, usada normalmente para mostrar como o preço é fixado nessa economia ideal, faz supostamente esse trabalho: ela adiciona ao modelo estático um mecanismo dinâmico que supostamente coordena as ações descentralizadas dos átomos sociais. Ao fazê-lo, entretanto, muda de referente e subverte o sentido da construção. O modelo deixa de representar qualquer processo descentralizado de transações, passando, ao contrário, a se referir ao operar de um sistema econômico centralizado tanto no que se refere à formação de preço quanto no que se refere ao mecanismo da troca. Os preços são escolhidos por um agente central de coordenação. As trocas efetivas, por sua vez, quando existem muitos consumidores – e não apenas dois como no modelo simplificado –, para se realizarem eficazmente, requerem necessariamente a existência de uma central de trocas, um lugar centralmente organizado em que se realizam as transações que tornam efetiva a alocação ótima segundo o critério de Pareto. Ora, tudo isso, evidentemente, viola o princípio do individualismo metodológico em que se assenta a teoria neoclássica. Se todo fato social deve ser explicado a partir dos indivíduos, os quais, por agregação, formam a totalidade social, como eles podem ser coordenados pelo “ator” mercado, devidamente representado pelo leiloeiro? Eis que, assim, o discurso atomista formalmente rigoroso, ao postular a existência de instituições supra-individuais coordenadas, torna-se mortalmente atravessado por contradições vulgares.

Na construção que caracteriza quanto à forma todo o projeto da teoria neoclássica contemporânea em sentido amplo, como exigência intrínseca do próprio método, a temporalidade dos processos econômicos é simplesmente omitida ou ela é apreendida de um modo irrelevante. Eis que isto se verifica quando as mercadorias são datadas no modelo de equilíbrio geral, quando o tempo participa do sistema de equações como variável exógena, quando o tempo é tomado como um recurso escasso cujo emprego também tem de ser otimizado. Em todos esses casos, o tempo é compreendido do mesmo modo que o espaço, ou seja, como reversível.

Eis que o tempo apenas se torna importante na apreensão do sistema econômico quando se foca o seu devir fora do equilíbrio, quando se o capta em seu funcionamento descentralizado, espontâneo e anárquico. Apenas raciocinando fora do equilíbrio é que os processos podem ser mostrar como irreversíveis e as decisões tomadas podem se apresentar como irrevogáveis. Apenas pensando que os processos ocorrem longe do equilíbrio é que pode surgir o fenômeno da dependência de trajetória (Boland, 1978). Nesse caso, as

interações descentralizadas têm de ser compreendidas como constitutivas dos próprios agentes – estes aprendem e se transformam com elas – de tal modo que os resultados globais dessas interações em processo vêm a ser propriedades emergentes do próprio sistema. O modo neoclássico contemporâneo de fazer teoria expressa, assim, na elegância tão louvada da construção matemática conjuntista, um horror ao antagonismo das decisões incoerentes e aos atropelos dos processos desequilibrados que caracteriza o mundo real!

3. Teoria neo-austríaca

É interessante notar agora que um autor liberal, conhecido mesmo como um liberal extremado, fez a crítica da teoria de equilíbrio geral já na década dos anos 30 do século passado, não com o objetivo de refutá-la, mas com a pretensão de reformá-la, de conduzi-la para o bom caminho. Ele mantém ainda o conceito de equilíbrio como consistência de planos engendrados a partir das valorações subjetivas dos agentes econômicos, mas contesta que eles possam ser sempre objetivamente corretos. Procura, então, encontrar um caminho teórico capaz de torná-la adequada à compreensão do sistema econômico existente em que tudo está em permanente fluxo de mudança e em que se cometem constantemente erros de expectativa e de previsão. E esse caminho teria de mostrar que a formação de preços vem a ser parte essencial do processo de auto-organização desse sistema. Esse autor é Friedrich Hayek e o texto central em que expõe as suas idéias recebeu o título de *Economia e Conhecimento*, tendo sido publicado em 1937.

Aí ele contesta o suposto neoclássico segundo o qual o conhecimento dos bens, das qualidades dos bens, das condições em que são vendidos, etc., assim como dos preços equilibradores dos mercados possam ser considerados imediatamente de conhecimento comum dos agentes econômicos. Aponta, então, que essa suposição, por um lado, tem um caráter positivista já que, ao formulá-la, assume-se sem crítica a objetividade especular de todo conhecimento possível e, por outro, possui o defeito desagradável de apresentar uma grande tautologia como se fosse explicação científica. E, em conseqüência, propõe que a teoria econômica deve pensar a formação de preços como processo que tem a natureza de fenômeno empírico e que pode ser apreendido por meio de relações de causa e efeito. Para redirecionar a teoria da formação de preços, passando a tratá-la como processo que ocorre fora do equilíbrio, adota perspectiva notoriamente epistêmica e se concentra em examiná-la como processo de aprendizagem coletivo, ou seja, como processo de geração e de comunicação de conhecimento. O miolo de sua tese crítica e reformista encontra-se na seguinte declaração:

Na verdade, minha contenção será que as tautologias, em que essencialmente consiste a análise de equilíbrio formal em Economia, podem ser transformadas em proposições capazes de dizer algo sobre a causação no mundo real somente se formos capazes de preencher as suas proposições formais com asserções sobre como o conhecimento é adquirido e transmitido (Hayek, 1948, p. 33).

Para bem compreender a posição de Hayek é preciso notar que ele compreende o sistema econômico como uma estrutura virtual e tácita formada por regras sociais explícitas ou implícitas que baliza, sem determiná-los mecanicamente, os comportamentos aí observados. Essas regras existem, estão incrustadas nos hábitos de comportamento, são compartilhadas intersubjetivamente e se reproduzem evolutivamente por meio das interações sociais. Em conseqüência, considera os preços de mercado como recurso simbólico que é criado e recriado na sociedade apenas por meio dos relacionamentos mercantis entre proprietários privados que vendem e compram mercadorias. E que aí existem para fazer a

mediação dos planos dos agentes econômicos em geral, permitindo-lhes não apenas agir, mas também descobrir como agir, em cada circunstância. Nessa perspectiva, a formação de preços se resolve como processo social que se desenvolve por meio das interações que ocorrem principalmente na esfera dos mercados, ainda que não apenas neles. Como essa estrutura possui objetividade meramente intersubjetiva – ou seja, não tem o caráter de materialidade social tal como ocorre em Marx –, ele se permite pensar a produção de bens e serviços que se destinam aos mercados como um processo natural a semelhança da teoria neoclássica.

O modo pelo qual Hayek pensa a formação de preços exige que o processo de mútuo ajustamento nos mercados dos planos dos agentes como um todo – e, assim, o processo mental de pôr-se em equilíbrio do agente individual – não seja edutivo, mas evolutivo. Isto implica que há de existir um movimento efetivo fora do equilíbrio e que esse movimento venha a ser uma trajetória de erros e acertos que tende para algum ponto no espaço infinito das alternativas possíveis. “Como as ações de uma pessoa devem necessariamente ocorrer sucessivamente no tempo, é óbvio que a passagem do tempo é essencial para dar algum sentido ao conceito de equilíbrio” (Hayek, 1948, p. 37). E essa última consideração, sem dúvida, é correta. A questão que fica vem a ser saber se ele formula efetivamente uma teoria da formação de preços nessa base ou se ele apenas roda em torno do assunto como rodam todos aqueles que se perdem na floresta porque esqueceram o caminho de volta.

Ora, ao definir o equilíbrio como determinada configuração de oferta e de procura, como vai distinguir o que vem a ser o equilíbrio e o desequilíbrio? Ao afirmar que o balanceamento do mercado é definido pela compatibilidade dos planos dos agentes e o desequilíbrio por sua incompatibilidade, em que condições objetivas eles se mostram compatíveis ou incompatíveis? Se não há um critério independente das ações de oferta e procura capaz de caracterizar objetivamente o equilíbrio enquanto tal, como escapar da circularidade que consiste em explicar os preços por meio dos preços?

O ponto de partida de Hayek vem a ser a seguinte consideração no âmbito do individualismo metodológico: “na teoria pura, o conceito de equilíbrio... tem um significado claro somente quando confinado à análise de uma única pessoa” (Hayek, 1945, p. 35). Onde se conclui imediatamente que o conceito de equilíbrio nessa teoria se torna obscuro quando vem a ser aplicado às interações de muitos indivíduos diferentes entre si no meio econômico. Essa questão, porém, será examinada mais adiante. De imediato, é preciso ver se essa noção de equilíbrio faz sentido – e qual o seu significado – na análise da pessoa separada do todo social do qual faz parte. Note-se que a noção de equilíbrio herdada da teoria pura identifica-o com sucesso mentalmente pré-calculado e buscado pelos agentes racionais que habitam os seus mercados altamente idealizados.

Não se trata para Hayek de saber se essa pessoa está ou se mantém sempre em equilíbrio tal como postula a teoria neoclássica, mas de indagar em que condições as suas ações projetadas em dadas circunstâncias encontram-se em equilíbrio umas em relação às outras. Para ele, é irrelevante perscrutar o que acontece na mente do agente econômico para saber se suas escolhas são coerentes ou incoerentes em si mesmas. Os indivíduos – isto é certo – fazem planos com base no saber que têm das suas preferências e das condições econômicas, inclusive os preços, que lhes permitem atendê-las. E é a partir desses planos que se deve pensar o problema do equilíbrio. Para Hayek, há equilíbrio sempre que as previsões e expectativas do agente planejador se mostram corretas, ou seja, se elas se afiguram consistentes entre si e não se frustram frente aos acontecimentos do mundo. Assim posto, é evidente que a noção investigada aplica-se a situações observáveis empiricamente – e não a estados psicológicos acessíveis apenas introspectivamente.

Note-se, desde logo, que o advento do equilíbrio nessa perspectiva torna-se bem problemática já que, para esse autor, os planos são construídos com base num conhecimento imperfeito do mundo. Para elaborá-los, os indivíduos se valem de fatos conhecidos e de fatos

tidos por conhecidos – e não em fatos objetivamente verdadeiros, de tal modo que a possibilidade de errar é constitutiva da própria ação econômica. Se as ações planejadas pelo indivíduo em particular são consistentes entre si mesmas, o equilíbrio é então pensado como efetiva realização *ex-post*, ou seja, no fluxo dos acontecimentos mercantis, das ações projetadas *ex-ante*. Assim sendo, o equilíbrio do indivíduo isolado fica definido de tal modo que se sabe já ser ele um fato possível, mas pouco provável de ocorrer em efetivo. E isto não é certamente um defeito, mas uma qualidade apreciável dessa noção de equilíbrio.

O equilíbrio como sucesso pré-calculado pode ser estendido para o mercado? Por semelhança, quando se tem competição econômica entre muitos indivíduos, o equilíbrio tem de ser concebido, então, não apenas como consistência entre si dos planos individuais, mas como consistência coletiva intencionalmente buscada. E isto requer, antes de mais nada, que todos os agentes, assim como o mercado, se ponham em equilíbrio. Segundo Hayek, entretanto, nesse segundo caso surgem dificuldades muito mais expressivas do que no primeiro. Em se tratando da pessoa “o plano não precisa satisfazer qualquer critério especial a fim de que se possa conceber a sua realização” (Hayek, 1948, p. 37), mas em se tratando do mercado a coisa é diferente. Para pensar o equilíbrio nessa esfera, as condições necessárias se afiguram imediatamente como excessivas. Em primeiro lugar, para que isto venha a ocorrer, seria preciso que todas as crenças e expectativas dos indivíduos estivessem baseadas nos mesmos “fatos externos”, pois, se isto não acontecesse, elas se encontrariam imediatamente em contradição – não em equilíbrio. Em segundo lugar, seria necessário que houvesse compatibilidade das expectativas mútuas – “fatos internos” – já que o plano de cada um teria de conter exatamente as ações de todos os outros.

Dito de outra maneira, para que o equilíbrio do mercado fosse concebido nesses termos seria preciso que fosse superado o problema da auto-referência. Ora, como se sabe, toda tentativa para solucioná-lo nos contextos em que aparece não pode ser justificada sem cair nas armadilhas lógicas do chamado de trilema de Münchhausen. Este mostra que a busca de saída para o problema da auto-referência conduz, inevitavelmente, a um problema lógico, seja este uma regressão infinita, seja um círculo vicioso ou ainda uma interrupção automática (Knudsen, 1993, p. 136). Fica evidente, pois, que a noção equilíbrio de mercado nessa concepção aponta para eventos evanescentes no mundo real – e não para eventos com probabilidade baixa ou mesmo nula. De qualquer maneira, vale registrar que Hayek aponta o problema, mostrando, também, porque está desaparecido da teoria neoclássica. Assume-se aí que todo conhecimento necessário às ações dos agentes é “dado” e “correto” e que há um mecanismo centralizado de geração de conhecimento sobre os preços que aparentemente propicia aos participantes alcançarem o equilíbrio. É claro que tudo isso não passa de suposições imaginárias.

A solução de Hayek vem a ser abandonar a idéia de equilíbrio de mercado como compatibilidade de planos, calculada *ex-ante* no tempo lógico, para abraçar a concepção de que ele só pode ser compreendido como ocorrência possível, verificável *ex-post*, no tempo histórico. Ou seja, o equilíbrio, pensado ainda como perfeito concerto de projetos individuais, passa a ser, então, um acontecimento possível – mas improvável – no processo evolutivo do sistema econômico. E, nessa passagem, os preços de equilíbrio perdem o seu caráter de preços ideais que permitem as trocas, para aparecerem como preços empiricamente observáveis, “em princípio”. Hayek esmera-se na explanação dos contornos dessa proposta teórica. Eis aqui, porém, sem delongas, a declaração encontrada em seu próprio texto que melhor expressa essa mudança de significado na noção de equilíbrio de planos: “previsão perfeita não vem a ser, como às vezes tem sido entendida, uma precondição que tem de existir para que o equilíbrio seja alcançado. Ao contrário, é a característica definidora do estado de equilíbrio”. Dito de outra maneira, “o conceito de equilíbrio significa meramente que a previsão dos diferentes membros da sociedade é correta em sentido especial”, ou seja, no sentido de que pode

acontecer em certos momentos (Hayek, 1945, p. 42). A adequação dessa previsão associa-se, agora, não mais ao cálculo perfeito, mas à eventualidade do acontecimento. É difícil, entretanto, supor de imediato que as previsões correntes possam vir a corresponder aos fatos reais engendrados no processo de mercado, inclusive porque estes são modificados pelas execuções dos planos nelas baseados. Hayek, entretanto, argumenta em favor dessa possibilidade.

O economista austríaco se pergunta, então, por que é preciso focar o estado de equilíbrio quando se quer entender o funcionamento do sistema econômico. A sua resposta vem a ser que o balanceamento de oferta e demanda a determinado preço é relevante porque existe como possibilidade real. Se essa existência não pudesse ser afirmada, aliás, a sua tentativa de reconstrução do processo de formação de preços com base na valoração subjetiva se tornaria imediatamente não conclusiva. Não só, pois, assevera que o equilíbrio existe, mas anuncia também que ele existe porque os movimentos dos preços tendem de fato para ele. Pois, “a única justificação para tal [ou seja, para a suposição de que o equilíbrio existe] consiste na suposta existência de uma tendência ao equilíbrio. É apenas por meio da asserção de que tal tendência existe é que a Economia cessa de ser exercício de lógica pura para se tornar ciência empírica” (idem, p. 44). De modo ainda mais incisivo, afirma: “à luz de nossa análise, o significado do estado de equilíbrio... é que a tendência ao equilíbrio existe” (idem, p. 45). O raciocínio compreendido em sim mesmo é evidentemente tautológico. Mas ele se completa por meio de um apelo ao factual: “as expectativas das pessoas e, particularmente, dos empresários, tornam-se mais e mais corretas... pois a existência da tendência em direção ao equilíbrio é claramente uma proposição empírica, isto é, uma asserção sobre o que acontece no mundo real e que seria, ao menos em princípio, capaz de ser verificado” (idem, p. 45).

Se há, pois, tendência ao equilíbrio no movimento dos preços, também há aí tendência ao desequilíbrio; isto, porém, não está mencionado no texto hayekiano. Agora, se a oferta e a demanda tendem a coincidir no funcionamento do mercado, isto não implica necessariamente que os planos das pessoas sejam compatíveis entre si; ao admiti-lo, fica claro que Hayek pressupõe o que quer demonstrar. Chega à conclusão de que os planos são compatíveis apenas porque assume previamente que o equilíbrio é definido como compatibilidade de planos. No que se refere à força da evidência empírica há algo ainda solicitando explicação, pois se trata de tendência observável em princípio, mas dirigida a um estado que se mostra teoricamente improvável. Em suma, o argumento que afirma a tendência ao equilíbrio é forçado, pois também pode ser verificado que as crises existem, mostrando claramente que o sistema tende inerentemente ao desequilíbrio. De qualquer modo, vale observar que pretender fundamentar teorias só com base em correlações empíricas é característica definidora da economia vulgar.

Completando o exposto é preciso adicionar que Hayek preocupa-se em esclarecer a razão pela qual o acordo objetivo dos planos subjetivos pode vir a ser eventualmente alcançado. Eis que eles são produzidos pelos fatos externos à mente, inclusive pelos preços, que eles buscam explicar, supostamente por meio de um processo de realimentação negativa que funciona. “Obviamente, não haveria razão para os dados subjetivos de diferentes pessoas virem a corresponder entre si a menos que elas tivessem a experiência dos mesmos fatos objetivos” (idem, p. 44). Ora, se os preços de equilíbrio tendenciais se impõem aos agentes como fatos objetivos, aos quais eles têm de reconhecer, então, nesse caso, é possível que se deva partir deles para explicar a compatibilidade possível dos planos – e não o contrário. Hayek, porém, não examina essa opção, preferindo o caminho da ambigüidade. Num momento, ele explica os preços e, em particular, os preços de equilíbrio por meio dos planos concebidos subjetivamente pelos agentes econômicos e, em outro momento, ele explica esses planos e sua tendência de se compatibilizarem pelos preços flutuantes em torno desse equilíbrio e pela suposta tendência em sua direção. Tudo isso parece bem esotérico,

reclamando que se encontre uma explicação para a existência do equilíbrio independente dos planos dos participantes do mercado. Sem conseguir escapar da circularidade, mas afirmando a existência de equilíbrio originado da compatibilidade de planos subjetivamente formulados, aponta que restam apenas dois problemas: “a única dificuldade é que estamos inteiramente no escuro sobre a) as condições sob as quais essa tendência supostamente existe e b) a natureza do processo por meio do qual o conhecimento individual se modifica” (idem, p. 45).

Postas essas questões, o leitor confiante⁹ no texto de hayekiano pode passar a esperar que vá respondê-las com a precisão que a ciência exige. Mas isto seria um erro. Apenas alguns parágrafos depois de apresentá-las, esse autor diz simplesmente que “eu não posso pretender ter ido muito longe nesses pontos” (idem, 48). O que faz em continuação vem a ser simplesmente apresentar alguns comentários muito gerais sobre os problemas que levantara na busca de uma alternativa à teoria neoclássica de equilíbrio geral. Não é possível assumir que os agentes estejam na presença de “dados constantes” e que eles sejam capazes de chegar ao “perfeito conhecimento”. É preciso se preocupar com a “divisão do conhecimento” porque este, no seu entender, é problema central da compreensão do funcionamento dos mercados: “como as interações espontâneas de grande número de pessoas, cada uma delas possuindo apenas partes do conhecimento, podem alcançar uma situação em que os preços correspondem aos custos, etc.” (idem, p. 50-51). O problema do conhecimento não se restringe àquele dos preços: “o caráter mais amplo do problema do conhecimento que me preocupa refere-se.. à questão geral de como os dados subjetivos das diferentes pessoas correspondem aos fatos objetivos” (p. 51-52).

Contra o fundo dessas idéias gerais, porém, Hayek desenvolve um modo particular de fazer a crítica do socialismo¹⁰ como economia sem mercado e de fazer o elogio do sistema econômico do capital que denomina, tal como a tradição liberal e neoliberal, de economia de mercado. Assim, ele se torna capaz de enxergar na anarquia da competição capitalista uma virtude comunicativa: “proponho considerar a competição como um procedimento de descoberta de fatos, sem o concurso do qual não seriam conhecidos por ninguém ou pelo menos não seriam utilizados” (Hayek, 1978, p. 179). A tese seria trivial se não se configurasse como uma arma ideológica que funciona até certo ponto na crítica de certas concepções de socialismo. Entretanto, toda essa temática escapa dos objetivos desse texto que discute precipuamente a formação de preços. Nesse sentido, a teoria neo-austríaca é interessante como crítica da teoria neoclássica, mas se mostra bem pobre enquanto teoria explicativa desse fenômeno tão central da economia capitalista.

Em resumo: no que se refere à formulação da teoria da formação de preços, a teoria neoclássica mostra-se como tautologia e a teoria neo-austríaca, como fraseologia. Hayek rejeita o dogmatismo do equilíbrio, mas cai no dogmatismo da tendência ao equilíbrio. Sem negar que se pode aprender alguma coisa com essas duas teorias, na busca de uma

⁹ O problema posto por Hayek é de difícil solução mesmo no plano do imaginário neoclássico. É possível, por exemplo, continuar admitindo que os agentes sejam constituídos por ordenações de preferências bem comportadas, para fazê-los transacionar descentralizadamente, por exemplo, por meio de encontros bilaterais. Nesse caso, como mostram Epstein e Axtell (1996), os preços surgem de fato das interações, mas se comportam de modo totalmente caótico ao longo do tempo. Mas o problema principal dessa abordagem é que, ao abandonar o suposto de racionalidade perfeita, deixa de fazer sentido supor que as preferências se organizam perfeitamente. Alternativamente, ao se supor que os agentes se informam sobre o preço médio de mercado no correr das transações, para formular os seus planos, é preciso explicar como eles se formam de modo independente das preferências.

¹⁰ Sendo rigoroso, para Marx, o socialismo é a negação histórica da forma mercadoria dos produtos do trabalho, do dinheiro dela derivado e da relação de capital. Enquanto sistema alternativo, para que o socialismo exista de fato, é preciso encontrar formas de compatibilizar oferta e demanda, mais ou menos descentralizadas, que atendam prioritariamente as necessidades do mundo da vida – e não os imperativos sistêmicos do capital em processo. Ele não deve ser confundido com o modo de produção burocrático e estatal.

compreensão científica da formação de preços, resta voltar, pois, aos economistas políticos clássicos.

4. Teoria clássica

O modo marxiano de entender a formação de preço deve muito, evidentemente, aos economistas clássicos, em particular a Adam Smith e David Ricardo. Esses dois autores conceberam esse fenômeno, tão central para o funcionamento do sistema econômico do capital, de uma maneira – essa tese é aqui defendida – que respeita a temporalidade em flecha dos processos econômicos, configurando-se como sistêmico e evolucionário. Nesse sentido, eles apreenderam-no não apenas como fenômeno de mercado, tal como o fazem as teorias vulgares, neoclássica e neo-austríaca, mas como processo que envolve o sistema econômico como um todo. Não se concentraram, pois, na chamada circulação de mercadorias em si mesma, mas foram além dela para mostrar como essa esfera – e o que aí ocorre – vem a ser o modo de exteriorização das leis que regulam a produção das mercadorias. E é nesse sentido, como exposição ingênua do evoluir reprodutivo da sociabilidade constitutiva do sistema, que a teoria clássica dos preços é apropriada teoricamente e, assim, reaparece na concepção marxiana do modo de produção capitalista. Este ponto será desenvolvido nessa seção que lê as formulações dos grandes economistas clássicos como materiais significativos que possibilitaram a elaboração da concepção de Marx. Na seção seguinte, se buscará tratar das especificidades do pensamento desse autor na questão da formação de preços, as quais se ligam à concepção de capital como sujeito automático de seu próprio movimento de acumulação.

A teoria clássica dos preços assume forma notável em *A Riqueza das Nações* de Adam Smith e nos *Princípios de Economia Política e Tributação* de David Ricardo. Para melhor entendimento, ela pode ser decomposta em duas partes: a primeira delas trata especificamente da determinação dos preços naturais e a segunda versa sobre a determinação dos preços de mercado. Note-se desde já, entretanto, que elas estão intimamente articuladas e que a formação dos preços de mercado não é autônoma, mas dependente, em relação à formação dos preços naturais. Em consequência, a exposição do tema em ambos esses autores não começa pela discussão da interação entre oferta e demanda, mas principia pela investigação do fundamento dos preços. Apenas depois que essa questão encontra-se resolvida teoricamente, eles vão considerar o papel das flutuações nos valores de fechamento das transações ocasionadas sempre pelo desbalanceamento conjuntural entre as quantidades de mercadorias que estão disponíveis para a venda e os montantes de dinheiro que vem procurá-las nos mercados.

No livro de Ricardo, mais precisamente, no primeiro parágrafo do primeiro capítulo, este autor demarca o ponto de partida de toda a sua construção teórica por meio da seguinte consideração, que é bem conhecida: “Adam Smith observou que ‘a palavra valor tem dois significados diferentes, expressando, algumas vezes, a utilidade de algum objeto particular e, outras vezes, o poder de comprar outros bens, conferido pela posse daquele objeto. O primeiro pode ser chamado de valor de uso; o outro, valor de troca...’” (Ricardo, 1982, p. 43). Ou seja, Ricardo trabalha com base nos resultados da exposição de Smith e deixa bem claro em seu próprio texto que as considera de excepcional valor teórico. E anota os termos de seu antecessor segundo os quais o valor de uso não pode fornecer uma explanação do valor de troca porque divergem quantitativamente na esfera fenomênica: “coisas que têm maior valor de uso... têm frequentemente pequeno ou nenhum valor de troca” (idem, p. 43). Ora, Ricardo não faz a crítica da concepção utilitarista de Smith que o leva erroneamente a pensar o valor de uso como algo quantitativo inerente às mercadorias em geral e, por isso, concorda com a conclusão simplória que o exclui como fundamento do valor de troca: “a utilidade,

portanto, não é a medida do valor de troca, embora lhe seja absolutamente essencial” (idem, p. 43). Se tivesse feito a crítica chegaria à conclusão semelhante por meio de argumento melhor.

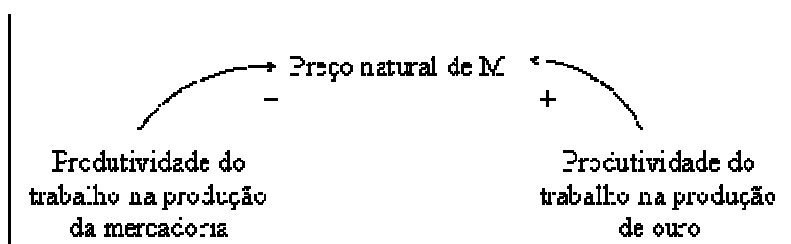
Entretanto, Ricardo, ao por a utilidade de cada bem como condição de sua existência como valor de troca, trata implicitamente a utilidade como qualidade inerente e específica desse bem. De qualquer modo, seguindo ainda os passos de seu antecessor, mas agora como mais firmeza, como bem se sabe, encontra a medida do valor de troca na quantidade de trabalho necessária para produzir a mercadoria. Ora, a cultura empirista em que estavam imersos Smith e Ricardo, não poderia mesmo fornecer suporte adequado para compreender que a medida, como mostrou Marx depois com base na lógica de Hegel, vem a ser sempre expressão quantitativa de certa qualidade determinada enquanto tal. Apesar disso, eles chegaram a estabelecer, ainda que de maneira tosca se comparada com aquela do autor de *O Capital*, que a qualidade determinante do valor de troca era, de algum modo, o trabalho e que a sua medida vinha a ser a quantidade de trabalho: “possuindo utilidade, as mercadorias derivam seu valor de troca de duas fontes: de sua escassez e da quantidade de trabalho necessária para obtê-las”.

O aparecimento do termo “escassez” nessa frase decisiva mostra que a teoria não está fechada. Note-se antes de tudo, porém, que Ricardo não trata a escassez como fato natural, mas como fato social, ou seja, como dimensão que se liga à própria atividade produtiva do homem e ao que é produzido pelo próprio homem em sociedade. Assim, para completar a sua teoria, separa então implicitamente os bens em duas categorias: na primeira delas inclui as coisas úteis que são abundantes, que são dádivas da natureza, que não têm preço, pois são bens de livre consumo; na segunda inclui todos aqueles bens que, para estarem disponíveis para aqueles que os demandam, requerem trabalho para serem produzidos, tornando-se por isso mesmo mercadorias na sociedade por ele observada. Dentre as mercadorias – bens escassos que são produzidos pelo homem para serem necessariamente – ou mesmo eventualmente – comercializados –, Ricardo separa então aquelas cujo valor de uso tem o caráter de coisa única, peculiar ou excepcional e aquelas que são reprodutíveis indefinidamente em princípio. Observa, então, que os valores de troca das primeiras dependem estritamente das circunstâncias em que vão ao mercado: a fama do produtor, a raridade do valor de uso, o grau de riqueza da sociedade, o estado das preferências daqueles que desejam possuí-los, etc. Nesse caso, o valor de troca não guarda qualquer relação com a quantidade de trabalho necessário para produzi-las, ainda que dele dependa qualitativamente, em última análise. A teoria do valor de troca da economia política clássica segundo a qual este é determinado pela quantidade de trabalho “contida na mercadoria” versa, pois, apenas sobre aquelas coisas compradas e vendidas que podem “ser multiplicadas pela atividade humana”.

Porém, a escassez tem ainda, nessa teoria, um papel na explanação dos valores de troca das mercadorias reprodutíveis pela indústria capitalista. Esse papel, entretanto, é mais modesto e circunstancial, pois responde apenas por parte – ainda que pela parte mais importante – da permanente flutuação do preço de mercado. Para além desse movimento de aparência randômica, quando se considera os preços em suas médias históricas, é a quantidade de trabalho ‘incorporada’ que figura como central. Essas “médias”, contudo, não são compreendidas meramente como cálculos abstratos feitos pelos teóricos dos fenômenos econômicos, mas tomam forma na própria realidade objetiva do sistema econômico. Eis a lei da formação de preços se expressa como flutuação, mas não como movimento caótico. Formam-se, por isso, percepções empíricas dos valores das mercadorias na superfície dos mercados, as quais Smith e Ricardo chamaram de preços naturais. Como tais preços dependem implicitamente das quantidades de trabalhos “incorporadas” nas mercadorias e como expressam relações das mercadorias umas com as outras, a produtividade do trabalho figura nessa teoria como o fator crucial na regulagem da grandeza maior ou menor desses preços uns em relação aos outros. Mais precisamente, como os preços em geral se expressam

em dinheiro, eles dependem das quantidades relativas de trabalho “incorporadas” nas mercadorias e no dinheiro.

O diagrama em seqüência apresenta o modo pelo qual a produtividade do trabalho regula o preço natural de uma mercadoria qualquer na teoria clássica. Se a quantidade produzida dessa mercadoria aumenta ou diminui em dado tempo de trabalho, o seu preço natural se move em sentido contrário (e isto é indicado pelo sinal negativo no ponto terminal do arco que liga a produtividade do trabalho na produção da mercadoria e o seu preço natural). Por outro lado, se aumenta ou diminui a produtividade do trabalho na produção do ouro – ou seja, da mercadoria-moeda –, então o preço natural da mercadoria aumenta ou diminui concomitantemente (o que é indicado pelo sinal positivo no ponto final do respectivo arco). Note-se que a grandeza do preço natural em mercadoria-moeda não depende diretamente da escassez relativa ou absoluta da mercadoria, pois é só determinado pelo tempo de trabalho necessário, direta ou indiretamente, para produzir uma unidade de mercadoria.¹¹



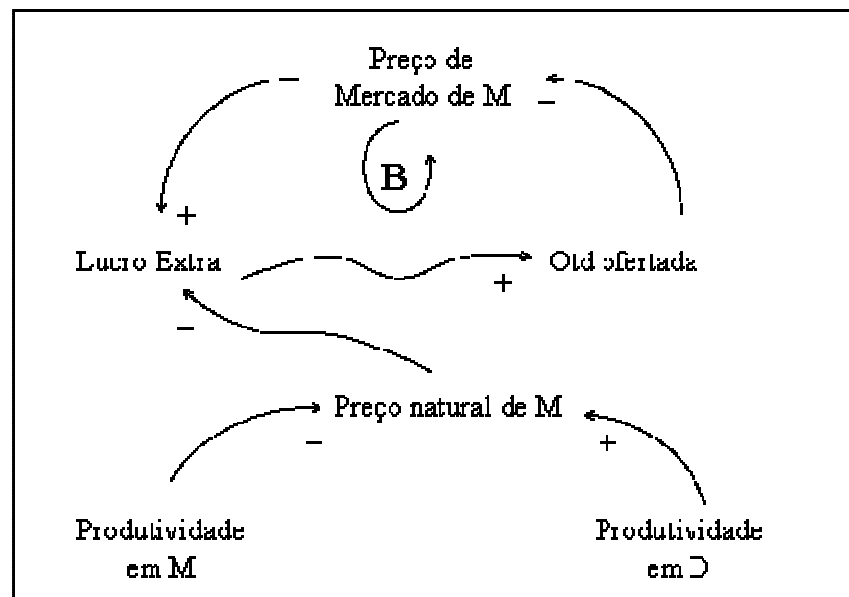
O diagrama não apresenta algo em isolamento; ao contrário, ele mostra claramente uma parte de um sistema mais amplo e mais complexo. É, pois, evidente desde já que a regulação do preço de determinada mercadoria está acoplado à reprodução do sistema econômico como um todo. O aumento constante da produtividade do trabalho, em uns setores mais e em outros menos, origina-se, como se sabe, do processo dinâmico de competição e de acumulação dos capitais privados. Portanto, do ponto de vista da dinâmica de formação dos preços tudo o que foi exposto pode ser resumido da seguinte forma: as tecnologias de produção, as formas de organização e as lutas sociais determinam a produtividade do trabalho na produção de mercadorias em geral e na produção da mercadoria-dinheiro, determinando assim, em consequência, os valores das mercadorias em geral, os quais se expressam no dinheiro como preços, em particular, como preços naturais.

Ademais, esses preços apenas podem ser pensados em isolamento dos preços de mercado por meio de uma abstração. Pois, o modo objetivo de operar do sistema, ao mesmo tempo em que impõe os preços naturais como normas reguladoras objetivas, ele requer também que os preços de mercado oscilem em torno deles e que para eles tendam de alguma maneira. As considerações de Smith e Ricardo a esse respeito são valiosas: eles foram capazes de ligar os preços de naturais aos preços de mercado e de ligar a flutuação desses últimos à repartição do capital entre as diversas atividades produtivas. Antes de mencioná-las é preciso ter em conta que não se encontram nos textos desses autores as distinções neoclássicas entre quantidade demandada e função demanda ou entre quantidade ofertada e função de oferta. Quando aí se fala em oferta ou em demanda deve-se entender, respectivamente, quantidade ofertada ou quantidade demandada, em certo momento e em dadas circunstâncias.

¹¹ É evidente que os recursos naturais, necessários à produção em geral, diante das necessidades socialmente constituídas historicamente podem se tornar mais ou menos escassos. Mas, por isso mesmo requerem que se aloque na sua produção, cega ou conscientemente, maior ou menor quantidade de trabalho social.

Ricardo observa explicitamente que a igualdade entre demanda e oferta é ocorrência excepcional no capitalismo: “no decurso normal dos acontecimentos, nenhuma mercadoria continua por longo tempo, sendo oferecida exatamente no grau de abundância exigido pelas necessidades e pelos desejos humanos, e, portanto, nenhuma deixa de sofrer variações acidentais e temporárias de preços” (Ricardo, 1982, p. 77). O trabalho, diz ele, é o fundamento do valor de troca das mercadorias, mas isto não nega nem que haja flutuações dos preços de mercado nem que essas flutuações sejam intrinsecamente necessárias ao próprio modo de funcionamento do sistema. É precisamente isto o que se verifica: “É somente em consequência de tais variações que o capital é distribuído na proporção exata necessária à produção das diferentes mercadorias procuradas. Com o aumento ou a queda de preços, os lucros se elevam ou caem abaixo de um seu nível corrente, o que estimula o capital a participar ou a sair daquela atividade em que a variação se verificou.” (idem, p. 77). Definindo o lucro extraordinário pela diferença entre o preço de mercado e o preço natural (o qual já embute, portanto, o lucro médio), pode-se ir além do diagrama de influência anterior, agora adicionando a ele a dinâmica da oferta da mercadoria M.

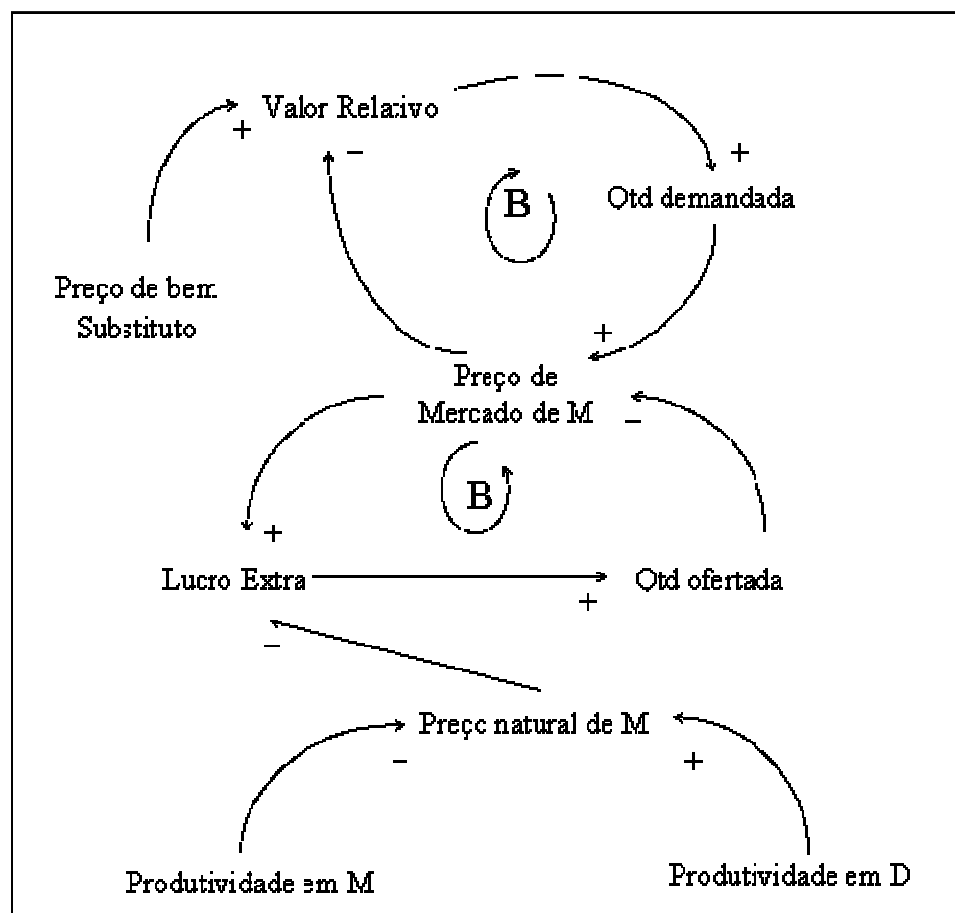
Para a boa compreensão do diagrama em seqüência, os seguintes pontos devem ser observados: por exemplo, um aumento da produtividade do trabalho direto ou indireto na produção de M implica numa redução em seu valor-trabalho unitário; e uma redução nesse valor, tudo o mais constante, reduz o seu preço natural, elevando temporariamente o lucro unitário da empresa capitalista que produz M; esta, para obter mais massa de lucro, aumenta a quantidade ofertada, gerando assim, no momento seguinte, uma tendência de queda no preço de mercado de M, o que, por sua vez, provoca a redução do seu lucro extraordinário. Assim, segundo as pressuposições dos economistas clássicos, estabelece-se entre o preço de mercado, o lucro da empresa capitalista e a quantidade ofertada por unidade de tempo um circuito de realimentação negativa que tende a aproximar os preços de mercado do preço natural. E, ao fazê-lo, cria um circuito que atua de modo balanceador (o que está aí indicado pela letra B parcialmente circundada por uma curva aberta e terminante em fecha).



Nota-se já aqui, portanto, que os economistas clássicos, remetendo-se ao funcionamento do sistema como um todo, apreendem corretamente que a dinâmica de formação de preços está regida principalmente pela acumulação de capital. Ricardo, em

particular, observou com clareza a conexão entre a mobilidade do capital e a tendência à igualação da taxa de lucro nos diversos setores do sistema econômico; ademais, ele fez referência também ao papel do sistema bancário nesse processo incessante de realocação do capital-dinheiro entre esses setores produtivos. Expondo essa tese da perspectiva do capitalista que serve ao seu capital, ele diz: “esse desejo constante de todos os aplicadores de capital deixar um negócio menos vantajoso por um mais vantajoso tende fortemente a igualar as taxas de lucro” (idem, p. 77). Observa, então, que esse processo pode ser compreendido globalmente, ainda que seja extremamente complexo em seus detalhes. É evidente que as necessárias e constantes realocações do capital dependem crucialmente das ações de “alguns homens [que] formam o que se chama de classe endinheirada” e que vivem de juros. Eis que “o capital assim empregado forma um grande volume de capital circulante, sendo utilizado, em maior ou menos proporção, em todos os negócios do país.” (idem, p. 77).

Ricardo convém, então, que a mobilidade do capital-dinheiro que permite as realocações do capital entre os setores tem um papel crucial no processo de ajustamento da oferta e da demanda; “devemos reconhecer que o princípio que reparte o capital entre todos os setores da proporção requerida é mais ativo do que geralmente se supõe” (Ricardo, 1982, p. 78). Entretanto, esse autor, assim como Smith, reconhece também um papel da procura nesse processo, ainda que menos acentuado; eis que se o produto líquido cresce, se os gostos mudam, se a repartição da renda se altera, etc. geram-se também desequilíbrios entre as ofertas e as demandas das mercadorias produzidas, os quais requerem a atuação de processos compensadores. Antes de mencionar como esses autores conceberam-no, é preciso acrescentar o circuito da demanda ao diagrama anterior da formação de preço:



O subsistema acima apresentado pode ser perturbado de várias formas, por meio de causas endógenas ou exógenas em relação a ele. Se, por exemplo, por qualquer razão, aumenta o preço de um bem substituto do bem em questão, a mercadoria que o transporta fica relativamente mais barata e isto se reflete num aumento do valor relativo da primeira mercadoria em relação à segunda; ora, isto também provoca um aumento da demanda de M que faz crescer o seu preço de mercado. Como esse último aumento reduz o valor relativo entre uma e outra, tem-se que esse circuito de realimentação também é balanceador. Porém, para Ricardo, as alterações conjunturais na procura das mercadorias têm, em última análise, um papel menor e passivo no ajustamento do mercado. Pois, para ele, o que realmente produz a tendência ao balanceamento do mercado vem a ser o efeito temporário no lucro extraordinário. Observando-se uma perturbação qualquer, a situação de desequilíbrio não pode perdurar, pois “a maior demanda... seria logo atendida pela transferência de capital e de mão-de-obra proveniente...” de outros setores (idem, p. 78). O papel ativo atribuído à acumulação de capital na formação de preços é, pois, evidente: “Portanto, é desejo de todo capitalista transferir seus fundos de uma atividade menos lucrativa para uma mais lucrativa, o que impede o preço das mercadorias de permanecer por algum tempo muito acima ou muito abaixo do preço natural. Essa concorrência ajusta o valor de troca das mercadorias de tal forma que, depois de pagar os salários pelo trabalho necessário à produção, e após todas as outras despesas necessárias para colocar o capital empregado em seu estado original de eficiência, o valor restante ou excedente será, em cada atividade, proporcional ao valor do capital empregado” (idem, 78-79).

Ricardo acompanha inteiramente Smith na análise da relação entre preço de mercado e preço natural. Endossa, assim, a tese central desse último segundo a qual “o preço natural é como que o preço central ao redor do qual continuamente estão gravitando os preços” de mercado. E que “quaisquer que sejam os obstáculos que os impedem de fixar-se nesse centro de repouso e continuidade, constantemente tenderão para ele” (Smith, 1983, p. 85). Ao fazê-lo mantém-se inteiramente na visão de que a formação de preços nos mercados capitalistas pode ser concebida como um processo inerentemente equilibrador.

Considerando, pois, que o efeito conjunto da mobilidade dos capitais particulares entre ramos e empreendimentos produtores de mercadorias produz firme tendência ao equilíbrio, Ricardo julga que pode desprezar as flutuações nos preços de mercado em sua análise de longo prazo das trajetórias da renda, do lucro e do salário, as quais são consideradas por ele como naturais. “Já que tais efeitos operam igualmente em todas as etapas da sociedade” – diz – “deixaremos absolutamente de considerá-los...”, pois as leis que regulam as trajetórias naturais decorrem de “efeitos completamente independentes daquelas causas acidentais.” (Ricardo, 1982, p. 79). Dito de outro modo, Ricardo examina o sistema econômico em equilíbrio – ainda que não o considere em estado de crescimento proporcional tal como vai ocorrer na teoria neo-ricardiana do século XX. Dito de outro modo: sem cair na apologia, Ricardo introduz já o equilíbrio como norma de análise do sistema capitalista.

Antes de passar à seção seguinte, impõe-se dar um acabamento naquela que aqui se encerra com uma visão de conjunto. Note-se que a análise dinâmica da formação de preços no contexto da Economia Política Clássica põe a necessidade de fazer distinção entre preços fora do equilíbrio, os quais efetivam transações pontuais ocorridas no mercado, e o próprio preço de equilíbrio que atua como um atrator para os primeiros. Essa distinção obriga, por sua vez, a encontrar a determinação fundamental de cada um desses preços. Os preços de mercado são, então, explicados pela interação entre oferta e demanda e os preços de equilíbrio apenas encontram explanação científica por meio de uma teoria do valor. Os economistas clássicos pensaram os preços de equilíbrio por meio dos preços naturais, os preços de mercado como preços quase sempre fora do equilíbrio e o valor como valor-trabalho. A teoria neoclássica especialmente na versão neo-walrasiana abole o desequilíbrio como possibilidade efetiva para

se contentar com o que se torna, então, uma tautologia: todo preço possível é preço de equilíbrio. Ao pensar assim, ao estabelecer o equilíbrio como norma absoluta do procedimento analítico em Economia, ela acaba caindo em diversas contradições. Pois, a interação entre oferta e demanda não pode explicar, ao mesmo tempo, a tendência ao equilíbrio e o próprio preço de equilíbrio.

4. Crítica marxiana

Em geral se pensa que Marx faz a mesma suposição de Ricardo, tendo analisado o sistema econômico do capital como se as ofertas e as demandas das diversas mercadorias estivessem em equilíbrio. Aqui se contraria essa visão, afirmando enfaticamente que esse pensador, em *O Capital*, não faz a suposição de que prevalece equilíbrio ou tendência para o equilíbrio nos mercados, mas, ao contrário, aceita na própria teoria que o processo de formação de preço se encontra sempre fora do equilíbrio. Se, em certos momentos, fala-se aí em equilíbrio é como abstração teórica que admite e requer, precisamente, a validade de seu contrário, o não-equilíbrio já na própria teoria¹²; este último, aliás, é a norma na totalidade social e complexa que denomina modo de produção capitalista. Sustenta-se, também, que a formação de preços não é peça acessória irrelevante da teoria crítica exposta nessa obra, mas parte integrante e importante dela, mesmo se o seu autor lhe dedica pouco espaço. Na verdade, Marx fala esparsamente desse processo ao longo de sua obra máxima, tratando dela especificamente apenas no capítulo X do livro terceiro¹³. E a recusa do equilíbrio é patente desde o início, isto é, precisamente, no capítulo primeiro do livro primeiro de *O Capital*.

Na seção sobre valor de troca, quando Marx trata de determinação quantitativa da forma relativa de valor, ele diz: “a equação: ‘20 varas de linho = 1 casaco, ou: 20 varas de linho valem 1 casaco’ pressupõe que 1 casaco contém tanta substância de valor quanto 20 varas de linho” (Marx, 1983, I-1, p. 57). Para entender essa declaração, é preciso notar que o verbo “pressupor” não tem aí o sentido de um suposto subjetivo ou operacional feito pelo estudioso da economia; ela diz precisamente que a forma objetiva tem como pressuposto real essa equivalência. Deve-se ver que Marx, nessa mesma seção, indica claramente que “as mudanças reais na grandeza de valor não se refletem, nem clara nem completamente, em sua expressão relativa ou na grandeza do valor relativo” (idem, p. 58). Ou seja, os preços relativos não são expressões quantitativamente exatas dos valores relativos. E, na verdade, nem podem sê-lo. A forma relativa de valor é tautologicamente a expressão da equivalência das mercadorias, mas pressupõe não a identidade de conteúdo de valor entre elas, mas uma não-equivalência em efetivo. “A possibilidade de incongruência quantitativa entre o preço e a grandeza de valor... é inerente à própria forma preço” (Marx, 1983, I-1, p. 92). A pressuposição de equivalência, porém, faz sentido porque, se ela não vale em cada troca em particular, vale objetivamente em média quando se considera um grande número de trocas. Mas isto não é tudo, pois a incongruência entre conteúdo e forma de valor pode ser negada; eis que certas coisas podem ter preço sem ter valor e mesmo sem ser mercadoria: a consciência, por exemplo – como aponta o próprio Marx.

Este autor, diferentemente da teoria neoclássica, considera os preços de mercado determinados em geral pelas desigualdades entre a oferta e a demanda; em conseqüência, ele pergunta o que há de oculto nessa coincidência possível – outrossim, altamente improvável.

¹² Marx, entretanto, raciocina às vezes como se certos resultados médios fossem válidos, o que é outra coisa: por exemplo, num certo intervalo de tempo mais ou menos longo, os preços de mercado em média se igualam aos valores de mercado. Não para Hahn: “a análise marxiana do valor e dos preços, pelo menos até o ponto que é compreensível para mim, parece estar descrevendo uma economia em equilíbrio” (Hahn, 1973, p. 1).

¹³ Essa posição não é comum no marxismo, mas se deve notar que Carchedi defende tese similar em vários textos (Carchedi, 1996).

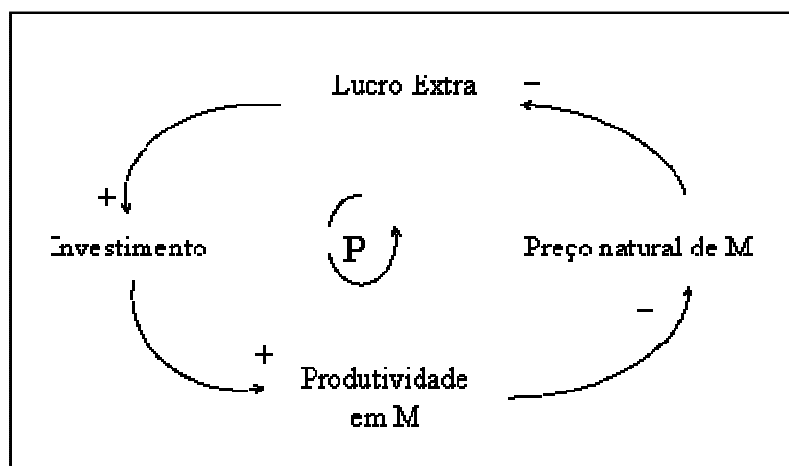
Distingue preço de mercado de preço de produção e valor de mercado, afirmando que o enigma da formação de preços se encontra na determinação do valor de mercado, o qual se tornaria efetivo apenas casualmente quando oferta e demanda se encontrassem em equilíbrio. A oferta e a demanda, assim, explicam os desvios dos preços de mercado em relação aos valores de mercado, portanto, o movimento dos preços fora do equilíbrio e a tendência deles a gravitar em torno do equilíbrio. Dito de outro modo, para ele, “a relação entre procura e oferta não explica o valor de mercado, mas, pelo contrário, é este que explica as flutuações de procura e oferta” (Marx, 1983, III-1, p. 147). A compreensão de tudo isso não é imediata; requer, ao contrário, que se dêem alguns passos. Note-se de imediato que demanda e oferta designam também em Marx a quantidade demandada e a quantidade ofertada, respectivamente.

O primeiro deles consiste em entender o conceito de procura. Para esse pensador, a demanda está determinada pela “necessidade social” e esta, por sua vez, está determinada pelo evoluir do sistema econômico como um todo. Em processo de constante mudança, ela está sujeita, momento a momento, às circunstâncias estruturais, históricas e conjunturais da sociedade. Em dado instante, cada família tem certos hábitos de consumo, os quais são atendidos de modo melhor ou pior por sua renda disponível; essa renda é transformada em demanda solvente, sendo depois repartida pela família entre certos bens e serviços, os quais são, então, adquiridos nos vários mercados com acertos e erros de expectativa. Tais hábitos e práticas mudam no tempo de modo adaptativo, sem que lei alguma possa prever como mudam ou como reagem às mudanças na economia e na vida social em geral. Por outro lado, a renda disponível depende da repartição da renda entre as classes sociais, o que se remete ao funcionamento do sistema como um todo. Por meio dessa consideração, o próprio Marx conclui que nada pode ser explicado pela relação entre procura e oferta antes de conhecer a base social da qual emergem como fenômeno de superfície. Em conseqüência, na apreensão dos preços, a procura tem de ser tomada como um dado.

O segundo consiste em entender o conceito de oferta. E, para tanto, é preciso iniciar com o de preço de produção. Este vem a ser simplesmente a expressão em dinheiro do valor-trabalho – ou seja, do quantum de trabalho socialmente necessário para produzir a mercadoria em consideração –, estando este devidamente transformado de tal modo que a taxa de lucro nele embutida seja a mesma observada em todas as outras mercadorias. Os preços de produção se estabelecem exigindo a igualação de todas as taxas de lucro setoriais. Como em todo ramo da produção há diversidade de tecnologia, de organização, de luta sindical, etc. e, portanto, de custos, isto tem de ser considerado na formação de preço. Marx apreende os efeitos dessa heterogeneidade na formação dos preços por meio do conceito de valor de mercado, isto é, do valor médio em dinheiro das mercadorias produzidas nesse ramo. Eis que, em função dessa heterogeneidade, em cada esfera de produção há sempre empresas capitalistas que obtêm superlucro, lucro normal e sublucro, dependendo se são eficientes, de média eficiência, ou ineficientes, respectivamente. O valor-trabalho individual apropriado por essas empresas depende, pois, do valor aí produzido e do valor acrescentado ou diminuído ao valor produzido em função de sua posição relativa no interior do ramo em consideração. Para Marx, esse valor de mercado “é o centro de gravitação em torno do qual giram seus preços e em relação ao qual suas contínuas altas e baixas se compensam” (1983, III-1, p. 138). Qual a relação entre valor de mercado e preço de produção?

Note-se, agora, que o valor de mercado é o preço de oferta, ou seja, aquele preço pelo qual os capitalistas de dado ramo querem vender as suas mercadorias dependendo das condições conjunturais. Em conseqüência, o valor de mercado pode ser maior, igual ou menor do que o preço de produção, lembrando que esse último emerge sempre por meio de decisões dos produtores, mas essas decisões, por sua vez, respondem ao funcionamento cego do sistema como um todo. Quando essas alternativas prevalecem? Em certas conjunturais

negativas para o capital, as mercadorias produzidas de modo mais ineficiente comandam o valor de mercado, de tal modo que o valor de mercado fica abaixo do preço de produção; em outras, que se mostram positivas para ele, são as mercadorias produzidas de modo mais eficiente é que determinam esse valor e, nesse caso, ele fica acima do preço de produção. Apenas em condições normais, o valor de mercado se torna igual ao preço de produção. Em condições de concorrência, entretanto, com a presença do efeito de realimentação negativa devido à mobilidade do capital entre setores e entre empresas, sempre em busca de mais lucro e de lucro maior, o valor de mercado tende em princípio a coincidir com o preço de produção, ao modo previsto pela economia política clássica. Mas esse processo como um todo não pode ser enxergado como balanceador simplesmente, pois, na visão de Marx, há também a tendência contrária, de afastamento entre o valor de mercado e o preço de produção, que surge devido aos impulsos de acumulação desmedida que é inerente ao capital.



O circuito acima isolado, mas que é adição aos diagramas anteriores, ilustra essa possibilidade conectando o lucro extraordinário ao aumento de produtividade por meio do investimento. Aí a existência de lucro extraordinário suscita o aumento do investimento que eleva a produtividade do trabalho. Ao fazê-lo, faz com que caia o preço natural, aumentando no momento seguinte o próprio lucro extraordinário. Diferentemente dos casos anteriores, esse circuito é de realimentação positiva (o que se indica no diagrama pela letra P no interior da curva em flecha) e, por isso mesmo, fator gerador de crise devido ao aumento desmedido do investimento.

Note-se, agora, que o preço de produção tem dupla face: ele expressa o valor-trabalho transformado em dinheiro segundo a lei tendencial de igualação do lucro médio e aparece como valor de produção na superfície do mercado, podendo então, supostamente, ser conhecido de todos os interessados¹⁴. Fazendo abstração das diferenças entre o preço de produção e o valor de produção, Marx identifica o primeiro desses conceitos com o preço natural de Smith e Ricardo. Entretanto, é preciso desfazê-la para melhor compreender a formação de preços segundo esse autor e em contraposição com os economistas clássicos. A flutuação dos preços de mercado, em condições de concorrência de capitais, considerado um período suficientemente longo, dá-se em torno do valor de mercado coincidente com o preço de produção. Porém, em certos períodos curtos extraordinários, ela ocorre em torno de um valor da produção que não coincide com o preço produção. Incluem-se, pois, como causas da flutuação dos preços não apenas a escassez relativa – ou a abundância relativa – observada na

¹⁴ Ver Carcanholo (2007).

conjuntura econômica do mercado, mas também fatores fortuitos e circunstanciais, os quais são endógenos em princípio.

Marx observa, adicionalmente, que o valor de produção é um conceito conhecido da economia vulgar. Ele menciona, falando em preços de produção coincidentes com valores de mercado – o que induz o leitor a erro de interpretação – que “os mesmos economistas que se opõem à determinação do valor das mercadorias pelo tempo de trabalho... sempre falam dos preços de produção como os centros em torno dos quais oscilam os preços de mercado. Eles podem permitir-se isso porque o preço de produção é uma forma totalmente alienada e *prima facie* irracional do valor-mercadoria, uma forma tal como aparece na concorrência, portanto na consciência do capitalista vulgar e também, portanto, na dos economistas vulgares” (1983, III-1, p. 142). Note-se, agora, que a economia vulgar também evolui: a teoria neoclássica contemporânea desenvolveu um conceito de equilíbrio baseado na perfeita coincidência dos planos de agentes individuais maximizadores e se livrou, assim, da noção clássica de centro de gravidade objetivos, a qual ainda se conserva, por exemplo, em Walras. O sentido da formalização perfeccionista das concepções desse último autor fica claro ao se observar que tal conceito de equilíbrio veio à luz para clarificar a concepção neoclássica em si mesma, mas, ao fazê-lo, esmerou-se precisamente em obscurecer ainda mais a natureza do sistema, aniquilando o processo de reprodução social enquanto tal.

Por meio do conceito de valor de mercado, Marx explica o funcionamento do mercado capitalista. Se a quantidade ofertada de mercadoria coincide com a quantidade demandada, aproximadamente ao valor de mercado, tem-se o equilíbrio entre a procura e a oferta. Para entender essa explanação, é preciso notar que Marx supõe que os capitalistas ofertam certa massa de mercadoria a esse valor e que os compradores desejam adquiri-la também a esse valor. Se a quantidade demandada supera a ofertada, o preço de mercado tende a subir; e em caso ocorra o contrário, ele tende a cair. Na situação de equilíbrio – caso este viesse a acontecer eventualmente –, os planos conjuntos dos capitalistas e dos consumidores coincidiriam. Isto, entretanto, refletiria as condições da reprodução do capital mediadas pelas atuações práticas dos proprietários privados e não, meramente, os desejos dos indivíduos abstraídos dessas condições e devidamente estilizados em preferências bem ordenadas. Estaria Marx encaminhando aqui uma noção de equilíbrio estatístico?

Nesse ponto, é preciso compreender uma afirmação algo surpreendente de Marx: “Quando procura e oferta coincidem, deixam de atuar, e justamente por isso a mercadoria é vendida por seu valor de mercado” (Marx, 1983, III-1, p. 146). Logo, oferta e procura são forças de equilíbrio, mas se, em certo momento, o equilíbrio se verifica ao valor de mercado prevalecente, torna-se preciso explicar esse valor sem recorrer à oferta e a demanda. “A verdadeira dificuldade” – diz ele – “consiste em determinar o que se deve entender por coincidência entre procura e oferta” (idem, p. 146). Caso se tente a proeza que Marx rejeita, cai-se apenas numa tautologia: o equilíbrio da oferta e da demanda é posto pelo equilíbrio da oferta e da demanda. “Quando duas forças atuam igualmente em sentidos opostos, elas se anulam, não atuam exteriormente, e fenômenos que ocorrem nessas condições têm de ser explicados por outras causas e não pela intervenção das duas forças” (idem, p. 146). Por que o equilíbrio acontece aí em certo ponto – e não em outro ponto qualquer? Ora, a explicação já fora dada nos capítulos antecedentes de *O Capital*: o valor de mercado é determinado de um modo extremamente complexo – ou seja, por meio de uma infinidade de interações particulares, espalhadas no tempo e no espaço, em condições heterogêneas, mas socialmente estruturadas – pelo tempo de trabalho abstrato.

A teoria marxiana do modo de produção capitalista – teoria crítica, bem entendida – busca, sobretudo, descobrir as suas leis de reprodução. Ora, essas são leis que se impõe por meio de processo anárquico que contraria a primeira vista a possibilidade de que possa estar regido por qualquer lei. Ademais, essas são, em última análise, leis de reprodução do capital

que se manifestam nos fenômenos do mercado e por meio deles, em particular e de modo especial na formação de preços. Logo, para Marx, são elas que podem explicar a demanda e a oferta – e não o contrário. Porém, “as leis internas reais da produção capitalista” – diz ele – “não podem evidentemente ser explicadas pela ação recíproca de procura e oferta..., uma vez que essas leis só aparecem realizadas em sua forma pura quando procura e oferta deixam de atuar, isto é, coincidem.” (idem, p. 146). Para o bom entendimento dessa declaração, note-se que “forma pura” significa aí fazer abstração teórica, ou seja, idealizadora, da anarquia mercantil por meio da qual o capital se reproduz em efetivo na sociedade. Após fazer menção a essa “forma pura” de entender o capitalismo, Marx diz imediatamente em seqüência que o sistema real é não-puro por natureza. Pois, acrescenta: “procura e oferta de fato jamais coincidem, ou, se alguma vez coincidirem, é por mera casualidade; portanto, do ponto de vista científico, deve-se admitir esse evento como = 0, considerando-o como não ocorrido” (idem, p. 146).

Segue-se, então, em seu texto, uma consideração metodológica que é preciso citar por inteiro: no sistema real, oferta e demanda quase nunca coincidem, mas isto ocorre na formulação teórica dos economistas clássicos. “Mas, na Economia Política, supõe-se que elas coincidem. Por quê? Para observar os fenômenos na figura que corresponde a sua lei, a seu conceito, isto é, para observá-los independentemente da aparência provocada pelo movimento de procura e oferta. Por outro lado, para descobrir e, de certo modo, fixar a tendência real de seu movimento.” (Marx, 1983, III-1, p. 146). Note-se que Marx considera plenamente válida a abstração teórica enquanto tal, mas implicitamente condena como vulgaridade transformar a equibração em norma de comportamento do sistema. O sistema, para ele, não é equibrável. Daí se pode entender que o seu método, que é dialético, difira radicalmente tanto do método da economia política clássica quanto do método da economia vulgar em geral. Se ele menciona, em certos momentos, o suposto teórico do “equilíbrio”, isto é feito pressupondo conscientemente o seu contrário, ou seja, o não-equilíbrio como norma do sistema.

As aspas na última sentença do parágrafo anterior precisam ser agora justificadas: elas visam evitar que o leitor confunda o termo equilíbrio no sentido corrente com o sentido que tem no texto clássico. Pois, o termo equilíbrio na economia pós-clássica indica o ponto para o qual o sistema tende em efetivo, de um modo mecânico. E isto se afigura como uma tendência espontânea do pensamento vulgar já que pensar a equibração e o equilíbrio como fenômenos convergentes, congruentes e compatíveis evitando a contradição. Ora, este não é o caso de Marx que assume as contradições reais no discurso teórico: “o intercâmbio ou a venda das mercadorias por seu valor é o racional, a lei natural de seu equilíbrio” (idem, p. 145), mas o sistema econômico do capital, segundo ele, é anárquico, não-transparente, irracional e, assim, deve ser considerado. Há em seu texto, entretanto, um conceito de média que se efetiva no processo real da economia mercantil e que justifica até certo ponto o procedimento da economia política clássica de admitir a coincidência da oferta e da demanda. É importante citá-lo como um todo:

“As desigualdades são de natureza antagônica, e uma vez que se sucedem continuamente, elas se compensam reciprocamente devidos a seus sentidos opostos, a sua contradição. Se, por conseguinte, oferta e procura não coincidem em nenhum caso dado, suas desigualdades se sucedem de tal modo – e o resultado do desvio num sentido é provocar outro desvio em sentido oposto – que, observando-se o todo durante um período de tempo maior ou menor, oferta e procura coincidem continuamente; mas apenas como média do movimento passado e apenas como movimento contínuo de sua contradição. Assim, os preços de mercado que se desviam dos valores de mercado, considerando sua média, se igualam aos valores de mercado, ao se anularem os desvios em relação aos últimos como *plus* e *minus*. E essa média

não tem apenas importância teórica, mas também prática para o capital cujo investimento é calculado sobre as oscilações e compensações num período de tempo mais ou menos determinado” (Marx, 1983, III-1, p. 146).

5. Conclusão

Marx considera o sistema capitalista como modo anárquico de produção social – ou seja, como processo estruturado por relações de produção que se reproduzem por meio de formas em transição e que se apresenta de modo irregular, flutuante, irreversível e dependente de trajetória. Ademais, indicou claramente que concebia a formação de preços como um processo complexo caracterizado por uma anarquia excessiva: “a possibilidade de uma incongruência quantitativa entre o preço e a grandeza de valor [...] é a forma adequada a um modo de produção em que a regra somente pode impor-se como lei cega da média à falta de qualquer regra” (Marx, 1983, I-1, p. 92). Por meio dessa citação se retorna aqui ao ponto de partida: eis que a) o valor-trabalho explica o equilíbrio que o sistema quase nunca alcança por meio dos conceitos relacionados de valor de mercado e de preço de produção; b) oferta e demanda se juntam para explicar as flutuações dos preços de mercado fora do equilíbrio, isto é, em torno do valor de mercado. Os valores de mercado são médias objetivas de preços que fornecem orientação para as decisões relativas às transações feitas pelos compradores e vendedores de mercadorias. “Depois de os preços médios... terem se fixado por algum tempo, aparece na consciência dos capitalistas individuais que nessa equalização determinadas diferenças são compensadas, de modo que eles as incluem logo em seu cálculo recíproco” (Marx, 1983, III-1, p. 160). Aqui fica claro que Marx não se desembaraça totalmente da noção de equilíbrio como ponto de atração dos preços.

As informações fluem, mas o sistema é inerentemente turbulento. O autor de *O Capital* acentua que as determinações quantitativas da necessidade social e da produção no sistema capitalista são completamente elásticas e oscilantes. A fixidez das determinações quantitativas – diz – é mera aparência (Marx, 1983, III-1, p. 145). O caráter sistêmico e metabólico que enxerga nesse sistema se manifesta com grande força expressiva e retórica no trecho que se segue e que fecha essa seção:

“Se a procura e a oferta determinam o preço de mercado, por outro lado, o preço de mercado e – levando-se a análise mais longe – o valor de mercado determinam a procura e a oferta. [...] A essa confusão – determinação dos preços por procura e oferta e, ao mesmo tempo, determinação de procura e oferta pelos preços – acresce que a procura determina a oferta e, inversamente, a oferta a procura, que a produção determina o mercado, e o mercado a produção.” (Marx, 1983, III-1, p. 147)

Sendo assim, para não abolir no discurso a complexidade do sistema do capital, é preciso abandonar o modo de pensar fundado nas neoclássicas funções de oferta e demanda; essas relações são construídas sob supostos muito restritivos os quais enviam a análise para o céu azul da tautologia. A idéia de que consumidores e produtores – pessoas, famílias, empresas, etc. – formulam planos de transação para cada preço possível precisa ser repelida. A idéia de que os agentes em geral mantêm planos estáveis conforme tem andamento do processo de mercado também deve ser rejeitada. Eis que tudo isso é necessário para poder pensar a formação de preços como manifestação em processo do metabolismo incessante do capital. Apenas as noções de quantidade demandada e quantidade ofertada são suficientes para formular uma boa compreensão do funcionamento do mercado ao modo de Marx. Ademais, é preciso admitir que as transações pontuais que ocorrem no mercado são afetadas

por acidentalidade endógena¹⁵ de tal modo que o sistema econômico deixe de ser compreendido ao modo de Laplace¹⁶. Em suma, mesmo no âmbito restrito da teoria econômica, mesmo ficando por causa disso aquém da dialética e da teoria crítica, é preciso assumir explicitamente o caráter evolutivo do sistema econômico, passando a trabalhar com sistemas dinâmicos complexos.¹⁷

¹⁵ Causa para Marx, assim como para Hegel, é uma potencialidade eficiente que se põe como efeito e que envolve determinação e acidentalidade.

¹⁶ Na esfera da Mecânica, Laplace, numa passagem famosa, declarou que para uma inteligência dotada de racionalidade perfeita, ciente pois da posição de todas as partículas materiais e das forças agindo entre elas, “o futuro assim como o passado estaria diante de seus olhos” (apud Nagel, 1961, p. 281).

¹⁷ Os sistemas dinâmicos clássicos são formados por equações diferenciais ou por equações a diferenças finitas, instrumentos tradicionais do cálculo diferencial e integral. Os não-clássicos são sistemas recursivos formados por algoritmos que expressam alta complexidade combinatória e dinâmica, permanecendo ainda finitos. Pertencem à esfera da matemática recursiva em que se definem funções como “regras, procedimentos ou conjunto de instruções para realizar uma tarefa” (Velupillai, 2004)

Referências bibliográficas

- Albin, Peter S. e Foley, Duncan K. – *Barriers and bounds to rationality – Essays on economic complexity and dynamics in interactive systems*. Princeton: Princeton University Press, 1998.
- Brian Arthur, W. – Out-of-equilibrium economics and agent-based modeling. In: *Handbook of computational Economics*, vol. 2. Eds. K. Judd e L. Tesfatsion. New York: Elsevier/North Holland, 2005.
- Binmore, Ken – Modeling rational players: Part I. In: *Economics and Philosophy*, n° 3, 1987, p. 179-214.
- Boland, Lawrence A. – Time in economics vs. economics in time: the “Hayek problem”. In: *Canadian Journal of Economics*, vol. 11, 1978, p. 240-262.
- Boland, Lawrence A. – *Methodology for a new microeconomics – The critical foundations*. Boston: Allen & Unwin, 1986.
- Boland, Lawrence A. – *The principles of Economics – Some lies my teachers told me*. Londres: Routledge, 1992.
- Carchedi, Guilherme – Non-equilibrium market prices. In: *Marx and non-equilibrium economics*. Cheltenham: Edward Elgar, 1996, p. 164-182.
- Carcanholo, Reinaldo – Oferta e demanda e o valor em Marx. In: *Revista da SEP*, n° 20, junho de 2007.
- Epstein, Joshua M. e Axtell, Robert. L. – *Growing Artificial Societies – Social Science from de Bottom Up*. Washington: Brookings Institution Press and The MIT Press, 1996.
- Hahn, Frank – *On the notion of equilibrium economics – an inaugural lecture*. Cambridge: Cambridge University Press, 1973.
- Hayek, Friedrich A. – Economics and knowledge. In: *Individualism and economic order*. South Bend: Gageway, 1948, p. 33-57.
- Hayek, Friedrich A. – Competition as a discovery procedure. In: *New studies in Philosophy, Politics, Economics and the History of Ideas*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1978,
- Knudsen, Christian – Equilibrium, perfect rationality and the problem of self-reference in Economics. In: *Rationality, Institutions & Economic Methodology*. Ed. U. Maki, B. Gustafsson e C. Knudsen. Londres: Routledge, 1993, p. 133-170.
- Marx, Karl – *O Capital – Crítica da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983, vol. I-1, I-2, II, III-1 e III-2.
- Nagel, Ernest – *The structure of science – Problems in the logic of scientific explanation*. New York: Harcourt, Brace & World, 1961.
- Prado, Eleutério F. S. – Microeconomia reducionista e microeconomia evolucionária. In: *Nova Economia*, 2006, vol. 16 (2), p. 303-322.
- Ricardo, David – *Princípios de Economia Política e Tributação*. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- Robinson, Joan – History versus equilibrium. In: *Contributions to modern Economics*. Oxford: Basil Blackweel, 1978, p. 126-145.
- Soromenho, Jorge E. C. – Microfundamentos e sociabilidade. In: *Economia (Anpec)*, n° 2, janeiro/junho de 2000.
- Smith, Adam – *A riqueza das nações – investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983, vol. I.
- Velupillai, K. V. – The unreasonable ineffectiveness of mathematics in Economics. Università degli Sudi di Trento – Dipartimento di Economia, Discussion Paper n° 6, 2004.
- Velupillai, K. V. – *Computable Economics*. New York: Oxford University Press, 2000.